


La Lys, 1918: A Humilhação Militar na Gênese do Golpe de Estado de 28 de maio de 1926 em Portugal

La Lys, 1918: The Military Humiliation in the Genesis of the May 28, 1926 Coup d'État in Portugal

Bruno Gazalle Cavichioli (<https://orcid.org/0000-0003-2691-9886>) 

<http://lattes.cnpq.br/9645732330567167>

Doutor em Ciência Política. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol). Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

E-mail: bruno_cavichioli@hotmail.com

Resumo: Esta investigação, um estudo de caso, analisa a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, ao lado da Tríplice Entente. A Grande Guerra foi uma experiência bélica particularmente traumática para o país, pobre, desindustrializado, governado por um jovem regime republicano instável e situado na periferia da Europa. Na sequência da declaração de guerra por parte da Alemanha, motivada por sua cooperação com o Reino Unido, o Corpo Expedicionário Português foi enviado às frentes de batalha. A despeito de alguns sucessos iniciais, Portugal sofreu pesadas perdas humanas e não concretizou seus objetivos militares. A humilhação sofrida, em conjunção com outras causas de fraquezas da Primeira República portuguesa, alimentou uma série de conspirações que, em 1926, resultariam em um golpe de Estado e uma ditadura, capitaneada por António de Oliveira Salazar a partir de 1932, que se estendeu até o ano de 1974.

Palavras-chave: Portugal; Batalha de La Lys; Revanchismo Militar; Primeira Guerra Mundial.

Abstract: This investigation, a case study, analyzes Portugal's participation in the First World War alongside the Triple Entente. The Great War was a particularly traumatic wartime experience for the country, which was poor, deindustrialized, governed by a young and unstable republican regime, and situated on the European periphery. Following Germany's declaration of war, motivated by Portugal's cooperation with the United Kingdom, the Portuguese Expeditionary Corps was sent to the front lines. Despite some initial successes, Portugal suffered heavy human casualties and did not achieve its military objectives. The humiliation suffered, in conjunction with other sources of weakness in the Portuguese First Republic, fueled a series of conspiracies that, in 1926, would result in a coup d'état and a dictatorship - led by António de Oliveira Salazar starting in 1932 - which lasted until 1974.

Keywords: Portugal; Battle of the Lys; Military Revanchism; First World War.

Introdução: Portugal na Primeira Guerra Mundial

A participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial é um tema que desperta considerável interesse nas agendas de investigação lusitanas por vários fatores, incluindo as circunstâncias e as consequências do seu ingresso. O país ibérico à época vivia o instável período da Primeira República (1910-1926), surgido na sequência da derrubada da monarquia e dividido entre forças favoráveis e contrárias à entrada na guerra (Fraga, 2019).

A despeito de, por um lado, sofrer com hostilidades do Exército Alemão em suas possessões coloniais africanas desde 1914 e de, por outro lado, possuir uma longínqua ligação histórico-diplomática com o Reino Unido – que Fraga (2019) corretamente caracteriza por ‘dependência política’ –, Portugal, inicialmente, figurou na condição de não-neutral e não-beligerante quando do estopim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Essa condição, segundo Fraga (2019), foi pleiteada frente ao governo português pelo Reino Unido, que buscava os benefícios da cooperação portuguesa em forma de uso de suas bases militares nas colônias do país. Portugal, por outro lado, não obtinha quaisquer vantagens, a despeito de seu desejo de compor as negociações pós-guerra e auferir benefícios reservados aos vencedores (Fraga, 2019). Em suma: “[...] a Velha Aliada ganhava vantagens e Portugal perdia, em toda a linha, qualquer tipo de migalhas que pudessem cair da mesa da conferência de paz” (Fraga, 2019, p. 48).

O ingresso no conflito ocorreu em 9 de março de 1916, quando a Alemanha oficialmente declarou guerra em seu desfavor por conta do apresamento de seus navios e cessão do uso destes ao Reino Unido (Pereira, 2019). O papel português, constante da convenção militar assinada com o aliado britânico, era de fornecer soldados e equipamentos. Esse contingente, batizado de Corpo Expedicionário Português (CEP), era composto de duas divisões e foi enviado para a região de Flandres (região que, atualmente, compreende o norte da França, a Bélgica e os Países Baixos), inicialmente não sofrendo massivas baixas (Fraga, 2019).

A batalha de *La Lys*, ocorrida entre 9 e 29 de abril de 1918, foi uma ofensiva militar do exército alemão, no âmbito da chamada ‘Operação Georgette’, que teve por objetivo assegurar a vitória na Frente Ocidental da Primeira Guerra Mundial (Mota, 2019). Ainda que a ofensiva tenha sido interrompida pela completa exaustão de recursos dos alemães, não logrando alcançar os objetivos militares de liberação definitiva da região e conquista da frente ocidental do conflito, um insólito alvo foi praticamente dizimado: o CEP (Fraga, 2019; Mota, 2019). A humilhante

derrota, em parte causada pela reticência do Reino Unido em retirar as tropas portuguesas da frente de batalha, causou um caos econômico e político no país, proporcionando um reforço da posição militar nas questões de Estado (Fraga, 2019).

Os circuitos comerciais haviam sido rompidos com a guerra, gerando níveis de inflação altíssimos, desemprego e fome. Este cenário gerou, naturalmente, instabilidade social e está, na esperança de encontrar uma solução, gerou instabilidade política. Ora, Portugal, sendo um país dependente das importações estrangeiras, ao mesmo tempo que importava os produtos necessários ao consumo interno, importava a inflação e tudo o mais que vinha arrastado por ela. A História da segunda parte da 1.^a República – de 1918 a 1926 – está ligada à História da Europa do pós-Grande Guerra: ascendência política dos militares nas questões nacionais e incapacidade de os partidos políticos encontrarem soluções apropriadas para o equilíbrio da vida (Fraga, p. 53).

Em associação com os problemas legados (e não solucionados) pelo regime monárquico à Primeira República portuguesa, a instabilidade serviria como um catalizador do revanchismo dos militares e levou o país a uma ditadura – dividida em três fases – que durou até o ano de 1974.

O Revanchismo Militar e o Golpe de Estado

A Primeira República – internamente dividida, institucionalmente desequilibrada e sob pressões oriundas de diversas forças políticas – havia perdido a lealdade dos militares, que restaram rancorosos e revanchistas pela derrota militar e pela culpa que havia sido atribuída aos políticos do país (Cavichioli, 2021a).

A resposta veio em forma de um golpe de Estado, em 18 de maio de 1926, que derrubou a moribunda República. Capitaneado inicialmente pelo General Gomes da Costa, entre outros, o ‘lema’ do movimento foi desmanchar o que a República havia se tornado, para o que contava até mesmo com alguns republicanos da oposição, estes esperançosos de uma intervenção temporária que conduzisse o país a um parlamentarismo estável. Entretanto, sem que fossem propostas medidas efetivas em relação a isso, os militares apenas herdaram – e agravaram – problemas herdados da monarquia e do republicanismo (Meneses, 2011).

Com a instauração da Ditadura Militar (1926-1928) e sua sucessora, a Ditadura Nacional (1928-1933), uma certa parte dos líderes republicanos – os que não acataram à nova ordem – acabaram exilados ou encarcerados e o país foi mergulhado em um regime autoritário (Meneses, 2011; Schiavon, 2011). Tentativas posteriores da oposição republicana de restaurar o regime levam,

consequentemente, a um recrudescimento do regime, com ampliação do uso da censura, das prisões e da repressão política (Schiavon, 2011).

Em 1928, pela segunda vez, António de Oliveira Salazar seria convocado a assumir o Ministério das Finanças. Sua ascensão meteórica, ao conseguir solucionar – com graves efeitos socioeconômicos, principalmente para os estratos mais vulneráveis – o problema financeiro nacional, garantiu-lhe a Presidência do Conselho de Ministros (atual cargo de Primeiro-Ministro) em 1932. Em 1933, com a aprovação da nova Constituição, foi devidamente fundado o Estado Novo, regime autoritário, autocrático, militarizado e fundamentado nos princípios da autoridade e do tradicionalismo cristão, que vigorou até 1974, quando seria derrubado durante a Revolução dos Cravos (Cavichioli, 2021b).

Considerações Finais

Diversos elementos auxiliam a compreender as circunstâncias que levaram à queda da Primeira República portuguesa. Entre os diversos desgastes dos quais padecia o regime republicano, o revanchismo militar pela derrota na Primeira Guerra Mundial merece especial destaque na qualidade de efeito causado pela República a si própria. Não é possível ou sequer prudente afirmar que os militares anteriormente eram leais ao governo republicano, pois dificilmente poderiam ser assim considerados. Outrossim, é possível afirmar que a eleição de várias medidas que levaram um país pobre e agrário a uma guerra mundial foi, por parte da Primeira República, em conjunção com seus outros problemas já existentes, uma forma de dano autoinfligido cujas repercussões poderiam e deveriam ter sido imaginadas com antecipação e prudência.

Longe de obter vantagens econômicas ou um grande reforço de seu papel na política europeia, Portugal sofreu duas derrotas: a militar, nas mãos da Alemanha, e a política, ao ser afastado do recebimento de efetivas reparações – as poucas recebidas foram majoritariamente remetidas ao Reino Unido para pagamento de dívidas contraídas – reservadas aos vencedores do conflito.

A culpa pela derrota e as repercussões sociais e econômicas apenas agravaram um quadro que já se mostrava complexo demais para ser solucionado pela enfraquecida República. Os militares, que, paradoxalmente, haviam saído fortalecidos de um conflito no qual foram praticamente dizimados, não tardaram a promover um golpe de Estado, prometendo a ‘restauração da ordem’. Como é comum na história, esses golpes, com natureza ‘temporária’ e ‘transitória’, geralmente acabam estendidos no tempo e esse foi o caso em Portugal. A Ditadura

Militar evoluiu para Ditadura Nacional e, posteriormente, para Estado Novo, instaurando um regime autoritário que se estendeu durante quase meio século.

Financiamento

Bolsa CAPES – Código de financiamento 001.

Referências

Cavichioli, Bruno Gazalle. “‘Eu ou o caos’: a ascensão de Salazar através do medo em Portugal’. In: Gallo, Carlos Artur (org.). **Nas Trincheiras da Memória**: lutas pelo passado, políticas de memória e justiça de transição no sul da Europa e na América do Sul. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021a, pp. 325-344.

Cavichioli, Bruno Gazalle. **A Ascensão Política de António de Oliveira Salazar (1928-1933)**: A instrumentalização do medo na gênese do Estado Novo em Portugal. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2021b.

Fraga, Luís Alves da. ‘Portugal e a beligerância na Grande Guerra: razões de uma intervenção’. In: Freitas, Judite Gonçalves de; Cardoso, João Casqueira; Reis, Pedro (eds.). **A Primeira Guerra Mundial**. Na Batalha de La Lys. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2019, pp. 43-54.

Freitas, Judite Gonçalves de; Cardoso, João Casqueira; Reis, Pedro (eds.). **A Primeira Guerra Mundial**. Na Batalha de La Lys. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2019.

Meneses, Filipe Ribeiro de. **Salazar**: Biografia Definitiva. Lisboa: Leya, 2011.

Mota, Guilhermina. A Batalha de La Lys e a sua história. In: Freitas, Judite Gonçalves de; Cardoso, João Casqueira; Reis, Pedro (eds.). **A Primeira Guerra Mundial**. Na Batalha de La Lys. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2019, pp. 111-121.

Pereira, José António Rodrigues. A Marinha na Grande Guerra. A defesa marítima das ilhas de Cabo Verde (1914-1918). In: Freitas, Judite Gonçalves de; Cardoso, João Casqueira; Reis, Pedro (eds.). **A Primeira Guerra Mundial**. Na Batalha de La Lys. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2019, pp. 171-184.



Schiavon, Carmen Gessilda Burgert. ‘O término da Primeira República Portuguesa e as raízes do 28 de maio: o Estado Novo à vista’. In: **Historiæ**, v. 2, n. 3, pp. 229-241, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2620>. Acesso em: 4 jan. 2025.